



Mulheres do campo e violência: um olhar sobre a transição agroecológica *Women in the countryside and violence: a look at the agroecological transition*

SILVA, Amanda¹; OLIVEIRA, Daiana²; HARTWIG, Daniela³; GONÇALVES, Marcio⁴.
¹Universidade Federal do Rio Grande – FURG, amanda4lv35@gmail.com; ²Universidade Federal do Rio Grande – FURG, oliveiradaiana379@gmail.com; ³Universidade Federal do Rio Grande – FURG, danibeduhn@hotmail.com; ⁴Universidade Federal do Rio Grande – FURG, marcio.goncalves@furg.br.

Eixo temático: Mulheres, feminismo e agroecologia

Resumo: O presente estudo foi realizado na Universidade Federal de Rio Grande, Campus de São Lourenço do Sul – RS. Objetivou-se relacionar o processo de transição agroecológica a ocorrência da violência psicológica para com as mulheres do campo. As reflexões foram realizadas a partir da revisão bibliográfica e de conversas realizadas com duas agricultoras ecológicas. Conclui-se que a presença do machismo sistêmico é realidade no meio rural, e que por conta disso, processos que estimulam a transição agroecológica devem levar em consideração a complexidade e especificidade do tema, aja visto que hoje o protagonismo, na maioria dos casos, é feminino.

Palavras-chave: violência psicológica; agroecologia.

Keywords: psychological violence; agroecology.

Abstract: The present study was carried out at the Federal University of Rio Grande, São Lourenço do Sul Campus - RS. This study aim relate the process of agroecological transition to the occurrence of psychological violence towards rural women. The reflections were made based on the bibliographical review and conversations with two ecological farmers. It is concluded that the presence of systemic “machismo” is a reality in rural areas, and that because of this, processes that stimulate the agroecological transition must take into account the complexity and specificity of the theme, since today the protagonism, in most cases, is female.

Introdução

Concebendo a pluralidade como base da agroecologia, perceberemos a importância da dimensão política na construção de estratégias para a busca da sustentabilidade para a agricultura e para a sociedade. Neste sentido, a transição agroecológica constitui-se em desafios para a sustentabilidade das regiões rurais iniciando-se a partir do pensamento da família, e visa levar o agroecossistema a estabelecer uma agricultura sustentável através da atenção para as esferas ecológica, social e financeira (BOHNER, PASQUALOTTO & WIZNIEWSKY, 2016. p. 258-282). Para isso, a transição agroecológica não deve implicar somente numa maior racionalização econômico-produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação aos recursos naturais e às relações sociais (CAPORAL & COSTABEBER, 2002. p. 13-16). Assim, o processo de transição agroecológica é considerado hoje um momento importante e delicado.



A partir das relações sociais, as questões de gênero, e em especial a violência contra as mulheres representam um campo altamente importante, haja que as mulheres protagonizam uma grande parcela dos casos de transição agroecológica. O machismo é entendido pelo senso comum como a cultura de superioridade exercido pelo homem no que se refere a seu modo de pensar e agir, de forma a subjugar o sexo feminino na compreensão de inferiorizar (CORTES, et. al 2015). Entende-se que esta percepção é hoje compartilhada entre as pessoas, independente do gênero, inclusive entre as mulheres. Esta busca pela inferiorização leva ao cometimento da chamada violência de gênero. A violência física é sem dúvida a mais visível, definida pelo artigo 7 da Lei Maria da Penha como a conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal (BRASIL, 2019). Menos visível, a violência psicológica é definida pela mesma lei como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

A transição agroecológica entendida então como um processo eminentemente social, apresenta desafios diversos, e dentre eles está o reconhecimento e eliminação de qualquer tipo de violência de gênero. Costa & Lopes (2012) afirmam que a violência para com as mulheres das zonas rurais é mais frequente, por conta de adversidades como a exclusão e o difícil acesso à uma rede de atenção social, saúde e segurança. Hoje, de maneira geral, as desigualdades nas relações de gênero na agricultura familiar constituem um obstáculo ético e prático ao desenvolvimento rural (RODRIGUES & CARDOSO, 2009. p. 12-16). Elas manifestam-se em várias esferas da vida material e simbólica, como a partilha das riquezas geradas pelo trabalho familiar e a participação nos processos decisórios. BRUMER (2004, p.210) afirma que, o trabalho da mulher na agricultura familiar, geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. Desta forma, o processo de transição agroecológica terá, necessariamente, que se contrapor ao machismo a partir dos espaços por ele gerados. O presente estudo objetivou relacionar o processo de transição agroecológica a ocorrência da violência psicológica para com as mulheres do campo.

Metodologia

O presente estudo foi realizado na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, no campus de São Lourenço do Sul, na cidade de São Lourenço do Sul – RS. As reflexões realizadas no estudo tiveram como origem as leituras específicas sobre violência contra as mulheres e o processo de transição ecológica, além do depoimento de duas agricultoras ecologistas. A primeira agricultora era feirante e a segunda ativista política. Buscou-se conhecer a compreensão de cada uma delas



sobre a violência contra as mulheres rurais, e correlacionamos com algumas publicações selecionadas por conta de igualmente relacionarem o feminismo e a transição agroecológica, ou questão de gênero no meio rural. As entrevistas foram realizadas na cidade de São Lourenço do Sul, entre os dias 11/05/2019 e 08/06/2019.

Resultados e Discussão

Primeiramente, a partir das reflexões geradas no estudo, entende-se que a agroecologia como forma de vida ou ciência, deve afirmar seu papel político (nem mais nem menos importante que as dimensões ecológicas e econômicas), a fim de que possa colaborar substancialmente para a luta contra o machismo, sobretudo no meio rural, território das agricultoras. Uma evidência da necessidade desta clareza política pode ser exemplificada a partir de um fenômeno comum nos processos de transição agroecológica: ao passo que a atividade feminina protagoniza a transição, e é remunerada a partir daí, emerge a cobiça masculina, quer seja em relação aos ganhos diretos, ou mesmo ao novo sistema de produção implementado.

Para além desta problemática política ligada a posse dos rendimentos e da própria atividade, conversar claramente sobre a política organizacional do agroecossistema é necessário a partir do momento em que existe risco de sobrecarga de trabalho para a mulher. Este risco tem origem na tendência naturalizada de delegar a mulher atividades específicas. Uma das agricultoras relatou claramente a tendência da mulher se responsabilizar pelas atividades que demandam cuidados, e que, em algum momento, o próprio enfoque agroecológico é uma postura de cuidado. Pascoalotto (2015) cita como atividades protagonizadas especialmente por mulheres a diversificação da produção, os contatos para comercialização dos produtos e principalmente por manter e trocar espécies cultivadas e técnicas de produção com familiares e vizinhos.

Para promover então uma transição agroecológica íntegra, fica claro a necessidade de que as pessoas (sobretudo as mulheres) identifiquem a violência afligida. Isto é quase fácil no caso da violência física (agressões corporais, por exemplo), mas pode ser mais complexa a identificação da violência psicológica. Uma das agricultoras consultadas literalmente relatou esta cegueira em relação a violência psicológica, e que, hoje, ela percebe que foi sim no passado vítima. A outra agricultora relatou que, num trabalho em grupo com agricultoras, várias não identificavam os atos como violência por acharem, na época do ocorrido, um comportamento normal. Os próprios dados gerados com base nos atendimentos via Ligue 180 evidenciam a maior visibilidade da violência física. Em 2018, das 72.839 ligações, 34 mil foram relacionadas a violência física, e 24 mil foram relacionadas a violência psicológica (AGENCIA EBC, 2019).

Diversas estratégias podem ser utilizadas para que, no transcorrer do processo de transição, a tomada de consciência sobre o machismo existente não como pretexto para qualquer forma de degradação das relações sociais existentes. Ou seja, a



possibilidade de evidenciar a desigualdade de gênero deverá fragilizar, num primeiro momento, as relações existentes. Uma das agricultoras citou uma experiência exitosa neste sentido, onde o simples cálculo da carga horária de cada membro da família, realizada através de uma metodologia participativa e envolvente, colaborou em muito para que a dupla ou tripla jornada da mulher fosse visualizada por todos, gerando assim uma consciência coletiva, o que ajudou muito a evitar cisões familiares por conta de que as outras pessoas da família construíram juntos aqueles dados. A mesma agricultora relatou igualmente que, em outras situações, a assimetria em relação a consciência sobre a violência (principalmente a psicológica) é motivo de separações. Desta forma, na opinião de uma das agricultoras, a possibilidade de fortalecer todo o grupo envolvido (como exemplo, a família) figura como estratégia ideal.

Para finalizar, neste contexto, cabe ressaltar que não somente as mulheres participantes de processos de transição agroecológica, mas todas as mulheres do meio rural sofrem em função da fragilidade do local, potencializada pela ausência de serviços públicos de saúde e segurança, entre outros. Tudo isto justifica que na pauta de reivindicação dos movimentos sociais esteja presente sempre a necessidade de investimentos específicos nestas áreas.

Conclusões

Através da realização do presente estudo, conclui-se que a presença do machismo sistêmico é realidade no meio rural, e que por conta disso, processos que estimulam a transição agroecológica devem levar em consideração a complexidade e especificidade do tema, aja visto que hoje o protagonismo, na maioria dos casos, é feminino.

Referências bibliográficas

AGENCIA EBC. **Ligue 180 recebeu 17,8 mil denúncias nos dois meses de 2019** (2017). Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/ligue-180-recebeu-178-mil-denuncias-nos-dois-meses-de-2019>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BOHNER, T. O. L.; PASQUALOTTO, N.; WIZNIEWSKY, J. G. Transição agroecológica: limites e potencialidades na perspectiva de agricultores familiares. In: WIZNIEWSKY, C.R.F.; MOURAD, L. A F. A. (Org.). **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**. Porto Alegre. Evangraf, primeira edição, p. 258-282. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal ... e dá outras



providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ata2004-2006/lei/L11340.htm>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p 205-217, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16. 2002.

CARDOSO, E. & SCHOTTZ, M. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil Rodrigues. **Agriculturas**, Leisa Brasil, v. 6, n. 4, p. 12-16. 2009.

CORTES, J.; SILVEIRA, T.; DICKEL, F.; NEUBAUER, V. a educação machista e seu reflexo como forma de violência institucional. In: XVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCASUL, 2015, Cruz Alta. **Anais...** Cruz Alta: UNICRUZ, 2015. 1CD-ROM.

COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.46, n.5, p.1088-95, 2012.

PASQUALOTTO, N.; LÜTHY, L.; KAUFMANN, M. P.; GIEHL, J.; WIZNIEWSKY, J. G. **Cadernos de Agroecologia**. Associação Brasileira de Agroecologia, v. 10, n. 3. 2015.